

CADERNO DE ENCARGOS
083-DCP-2023 - AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 3 |
| Cláusula 1. ^a - Objeto | 3 |
| Cláusula 2. ^a - Contrato | 3 |
| Cláusula 3. ^a - Duração do contrato..... | 4 |
| CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS..... | 4 |
| SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR | 4 |
| <i>Subsecção I - Disposições gerais</i> | <i>4</i> |
| Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do fornecedor..... | 4 |
| Cláusula 5. ^a - Conformidade e operacionalidade dos bens | 4 |
| Cláusula 6. ^a - Entrega dos bens objeto do contrato | 5 |
| Cláusula 7. ^a - Fatura Eletrónica..... | 5 |
| <i>Subsecção II - Dever de sigilo</i> | <i>5</i> |
| Cláusula 8. ^a - Objeto do dever de sigilo | 5 |
| Cláusula 9. ^a - Proteção de dados | 6 |
| SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBÇA | 6 |
| Cláusula 10. ^a - Preço contratual..... | 6 |
| Cláusula 11. ^a - Preço base..... | 7 |
| Cláusula 12. ^a - Faturação..... | 7 |
| Cláusula 13. ^a - Condições de pagamento..... | 8 |
| CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS..... | 8 |
| Cláusula 14. ^a - Garantia de cumprimento contratual | 8 |
| Cláusula 15. ^a - Seguros..... | 8 |
| CAPÍTULO IV – GESTÃO DO CONTRATO | 9 |
| Cláusula 16. ^a – Supervisão e controlo | 9 |
| Cláusula 17. ^a – Funções do gestor do contrato..... | 9 |
| CAPÍTULO V – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL | 10 |
| Cláusula 18. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante..... | 10 |
| Cláusula 19. ^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante | 10 |
| CAPÍTULO VI – RESOLUÇÃO DO CONTRATO | 11 |
| Cláusula 20. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça..... | 11 |
| Cláusula 21. ^a - Resolução por parte do adjudicatário | 12 |
| CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS | 12 |
| Cláusula 22. ^a - Comunicações e notificações..... | 12 |
| Cláusula 23. ^a Contagem dos prazos | 12 |
| Cláusula 24. ^a - Legislação aplicável..... | 13 |
| ANEXO A- REQUISITOS TÉCNICOS | 14 |
| Cláusula 1. ^a – Bens a fornecer | 14 |
| ANEXO A.1 – PREVISÃO DE FORNECIMENTO MENSAL, PARA LOTE 1 (VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS) | 16 |
| ANEXO A.2 – PREVISÃO DE FORNECIMENTO MENSAL, PARA LOTE 2 (VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS) | 19 |

CADERNO DE ENCARGOS - 083-DCP-2023 - AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente concurso tem por objeto principal **o fornecimento de leite no Pré-escolar e 1.º ciclo, durante o ano letivo 2023/2024, de acordo com os seguintes lotes:**

- **LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39); e**
- **LOTE 2 – Distribuição adicional de leite.**

Cláusula 2.^a - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Duração do contrato

O contrato entra em vigor após adjudicação e mantém-se em vigor nos seguintes termos por lote:

- **LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39) - período máximo de 37 semanas de fornecimento financiado, no ano letivo 2023/2024; e**
- **LOTE 2 – Distribuição adicional de leite - período máximo previsto de 45 semanas de fornecimento no ano letivo 2023/2024.**

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I -Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.^a - Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens conforme condições apresentadas na sua proposta; e
- b) Obrigação de garantia de qualidade dos bens.

Cláusula 5.^a - Conformidade e operacionalidade dos bens

1 — O fornecedor obriga-se a entregar ao Município de Alcobça os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo A ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 — O fornecedor é responsável perante *Município de Alcobaca* por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a - Entrega dos bens objeto do contrato

1 — O fornecedor deverá proceder à entrega dos produtos, de acordo com os requisitos técnicos estabelecidos na cláusula 1.^a do Anexo A deste caderno de encargos, nos estabelecimentos escolares, mensalmente e de acordo com a requisição, devendo disponibilizar via e-mail (joana.marques@cm-alcobaca.pt), ao coordenador da implementação do Regime Escolar no Município, cópia das guias de remessa referentes à entrega de leite e produtos lácteos em cada uma das escolas e jardins de infância.

2 — As guias de remessa entregues pelo fornecedor, deverão ter a quantidade de Leite e produtos lácteos discriminada em unidades/pacotes (0.2 a 0.25l) entregues e cada escola.

Cláusula 7.^a – Fatura Eletrónica

1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).

2 – O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 8.^a - Objeto do dever de sigilo

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao *Município de Alcobaca*, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem

comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.^a – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “*o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados*”, e “*o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito*”.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações do *Município de Alcobaca*

Cláusula 10.^a - Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o *Município de Alcobaca* deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobaca, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, **transporte e distribuição**, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 – Conforme previsto no artigo 10.º do DL n.º 6/2004, de 06 de janeiro, por extensão do âmbito de aplicação, nos termos do seu artigo 2.º, poderá haver lugar a revisão de preços por garantia de custos com a aquisição objeto do presente procedimento por parte do adjudicatário face a subidas de preço impostas pelo mercado.

4 - Caso se verifique situação que ponha em causa a garantia de custos, conforme ponto anterior, esta deve ser feita por notificação do cocontratante acompanhada da devida justificação e comprovativo quando puser em causa a viabilidade do fornecimento e sempre anterior a esse fornecimento.

5 - Para efeitos do disposto no n.º anterior, a entidade adjudicante exigirá justificação e comprovativo do aumento dos custos de aquisição dos bens objeto deste contrato apresentados, na data em que inviabiliza o fornecimento, em relação ao custo à data da apresentação da proposta.

6 - A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a eventual modificação contratual no prazo de 20 dias após notificação da ocorrência por parte do adjudicatário, conforme pontos 4 e 5.

Cláusula 11.ª – Preço base

1 - O preço base global de contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de €238.407,75+IVA, distribuído pelos seguintes lotes:

- **LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39) – preço base de €39.204,83+IVA; e**
- **LOTE 2 – Distribuição adicional de leite - preço base de €199.202,92+IVA.**

2 - O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobaca, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, **transporte e distribuição**, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais e inclui ainda as taxas obrigatórias.

3 – Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 12.ª - Faturação

1 - A faturação deverá ser efetuada, por entrega, separada por lote, correspondendo a uma fatura mensal por cada lote que terá de ser detalhada (com discriminação das quantidades, tipologias de leite e estabelecimentos de ensino - em unidades, e preço unitário dos produtos).

2 – As faturas emitidas ao abrigo do LOTE 1 deste procedimento devem apresentar a indicação “Ao abrigo do Regime de Fruta e Leite Escolar – regulamento (EU) nº 2017/39.

3 – Todas as faturas terão de ser validadas pela Divisão da Felicidade, Saúde e Bem-Estar.

Cláusula 13.^a - Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município de Alcobaca devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobaca das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas, nos termos da cláusula anterior, após o vencimento das obrigações respetivas, e devem fazer sempre referência aos n.ºs de compromisso processo e requisição externa.

2 – Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a entrega dos bens objeto do contrato.

3 – Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobaca, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 14.^a - Garantia de cumprimento contratual

1 – Não é exigida a prestação de caução.

2 – O Município pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 15.^a – Seguros

1 – É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.

2 – O Município de Alcobaca pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo IV – Gestão do contrato

Cláusula 16.^a – Supervisão e controlo

1 — O Município de Alcobaca designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A do CCP, Joana Rita Valentim Nogueira Marques, substituída nas suas faltas e impedimentos por Ana Filipa Vicente Ramos Santos Pereira, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 17.^a – Funções do gestor do contrato

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do

contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo V – Cessão da posição contratual

Cláusula 18.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

Cláusula 19.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VI – Resolução do contrato

Cláusula 20.ª - Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 21.^a - Resolução por parte do adjudicatário

- 1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros
- 2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobaca, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo VII - Disposições finais

Cláusula 22.^a - Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A- Requisitos Técnicos

Cláusula 1.^a – Bens a fornecer

1 – O presente contrato tem por objeto principal a aquisição de leite escolar nas EB1 e Jardins de Infância, durante o ano letivo 2023/2024, com os seguintes requisitos:

1.1 - LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39)

- compreende a distribuição de leite no âmbito do projeto "*Regime escolar (Portaria n.º 113/2018, de 30 de abril, alterada pela Portaria n.º 94/2019 de 28 de março, que institui o regime escolar previsto no REG. (CE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro, na redação dada pelo Reg. (EU) n.º 2016/791, do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de maio*", a todos os alunos do Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, correspondendo à parte financiada de **1 distribuição semanal durante 37 semanas**;
- O Regime escolar (neste caso a distribuição de leite e produtos lácteos) é aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas abrangendo os alunos que frequentam o Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- São elegíveis, no âmbito da ajuda prevista Leite de consumo do código NC 0401 (previsto na alínea c) do ponto III da parte IV do anexo VII do regulamento (EU) 1308/2013, do parlamento Europeu e do conselho, de 17 de dezembro) ou as suas variantes sem lactose;
- Leite de consumo do código NC 0401 – Leite parcialmente desnatado ou leite meio-gordo, leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre mínimo de 1,50% (m/m) e um máximo de 1,80% (m/m), ou as suas variantes sem lactose.
- Os produtos devem ser transportados de modo a manter as suas condições higieno-sanitárias;
- Só serão aceites embalagens fechadas, limpas e rotuladas com as menções escritas exigidas legalmente;
- Qualquer tipo de deficiência de ordem sanitária ou de processamento tecnológico, que leve a rejeições, serão da responsabilidade do fornecedor;
- Os materiais de acondicionamento e de embalagem devem obedecer a todas as regras de higiene e serem perfeitamente inócuos;
- Só serão aceites produtos que apresentem as características organoléticas adequadas;

- Todos os leites solicitados deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 4 meses.
- Prazo de validade ultrapassado ou insuficiente e limpeza deficiente serão motivos de recusa das matérias-primas;
- A empresa fornecedora deverá ter implementado um sistema de autocontrolo – HACCP;

1.2 - LOTE 2 – Distribuição adicional de leite

- Este fornecimento complementa o regime de fornecimento de leite no Pré-escolar e 1.º ciclo ao abrigo do Regime Escolar – Regulamento (EU) n.º 2017/39 (LOTE 1).
- Compreende o alargamento da medida de distribuição de leite escolar para mais quatro embalagens por aluno, suportada pelo Município, garantindo assim distribuição de leite a todos os alunos do Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico durante 5 dias da semana, durante todo o ano letivo e acrescenta a estimativa máxima de mais 8 semanas (num total máximo estimado de 45 semanas de distribuição)
- É aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas abrangendo os alunos que frequentam o Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Leite de consumo do código NC 0401 – Leite parcialmente desnatado ou leite meio-gordo, leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre mínimo de 1,50% (m/m) e um máximo de 1,80% (m/m), ou as suas variantes sem lactose.
- Os produtos devem ser transportados de modo a manter as suas condições higieno-sanitárias;
- Só serão aceites embalagens fechadas, limpas e rotuladas com as menções escritas exigidas legalmente;
- Qualquer tipo de deficiência de ordem sanitária ou de processamento tecnológico, que leve a rejeições, serão da responsabilidade do fornecedor;
- Os materiais de acondicionamento e de embalagem devem obedecer a todas as regras de higiene e serem perfeitamente inócuos;
- Só serão aceites produtos que apresentem as características organoléticas adequadas;
- Todos os leites solicitados deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 4 meses.
- Prazo de validade ultrapassado ou insuficiente e limpeza deficiente serão motivos de recusa das matérias-primas;
- A empresa fornecedora deverá ter implementado um sistema de autocontrolo – HACCP;

ANEXO A.1 – Previsão de fornecimento mensal, para LOTE 1 (valores máximos estimados)

| | | | | LOTE 1 | | | |
|------------------------------|----------------------------|--------|--|------------------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|
| | | | | Previsão Valor Mensal (37 semanas) | | Previsão Valor 37 semanas | |
| Escolas | Nº máx. alunos | Morada | | Leite Simples | Leite S/Lactose | Leite Simples | Leite S/Lactose |
| S. Martinho do Porto | JI Casal Pardo | 16 | Rua Largo do Rossio Casal Pardo - 2460-197 Alfeizerão | 40 | 24 | 370 | 222 |
| | EB1 Alfeizerão | 150 | Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão | 416 | 184 | 3848 | 1702 |
| | EB1 Casal Velho | 40 | Casal Velho - 2460-199 Casal Velho | 112 | 48 | 1036 | 444 |
| | JI Centro Escolar da Cela | 25 | Rua da Cruz 2460-342 Cela | 68 | 32 | 629 | 296 |
| | EB1 Centro Escolar da Cela | 80 | Rua da Cruz - 2460-342 Cela | 224 | 96 | 2072 | 888 |
| | EB1 São Martinho do Porto | 125 | R. Dr. Rafael Gagliardini Graça - 2460-648 São Martinho do Porto | 348 | 152 | 3219 | 1406 |
| Agrupamento de cister | EB1 Centro Escolar Alcobça | 300 | Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça | 840 | 360 | 7770 | 3330 |
| | JI Centro Escolar Alcobça | 100 | Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça | 280 | 120 | 2590 | 1110 |
| | EB1 Aljubarrota | 73 | Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota | 204 | 88 | 1887 | 814 |
| | JI Aljubarrota | 23 | Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota | 68 | 24 | 629 | 222 |
| | EB1 Alpedriz | 40 | Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz | 112 | 48 | 1036 | 444 |
| | JI Alpedriz | 20 | Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz | 56 | 24 | 518 | 222 |
| | EB1 Areeiro | 34 | Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro | 96 | 40 | 888 | 370 |
| | JI Areeiro | 22 | Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro | 64 | 24 | 592 | 222 |
| | EB1 Ataíja de Cima | 50 | Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | JI Ataíja de Cima | 50 | Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima | 136 | 64 | 1258 | 592 |

| | | | | LOTE 1 | | | |
|-------------------------|-----------------------------|----------------|--|------------------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|
| | | | | Previsão Valor Mensal (37 semanas) | | Previsão Valor 37 semanas | |
| Escolas | | Nº máx. alunos | Morada | Leite Simples | Leite S/Lactose | Leite Simples | Leite S/Lactose |
| | EB1 Bárrio | 85 | Rua da Igreja Nova, 17 - 2460-302 Bárrio | 240 | 100 | 2220 | 925 |
| | EB1 Burinhosa | 21 | Rua do Clube - 2445-036 Burinhosa | 60 | 24 | 555 | 222 |
| | JI Burinhosa | 20 | Rua Casal das Terras 2445-039 Burinhosa | 56 | 24 | 518 | 222 |
| | EB1 Carris | 50 | Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | JI Carris | 50 | Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | EB1 Carvalhal | 70 | Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota | 192 | 88 | 1776 | 814 |
| | JI Carvalhal | 40 | Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota | 112 | 48 | 1036 | 444 |
| | EB1 Casal Ramos | 50 | Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | JI Casal Ramos | 25 | Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos | 68 | 32 | 629 | 296 |
| | EB1 Évora de Alcobça | 50 | Rua da Escola - 2460-492 Évora de Alcobça | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | JI Évora de Alcobça | 25 | Rua Dr.ª Ma do Espírito Santo R. de Figueiredo 2460-492 Évora de Alcobça | 68 | 32 | 629 | 296 |
| | EB1 Maiorga | 78 | Rua 25 de Abril nº 69 - 2460-532 Maiorga | 216 | 96 | 1998 | 888 |
| | EB1 Martingança | 50 | Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | JI Martingança | 25 | Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança | 68 | 32 | 629 | 296 |
| | EB1 Pataias | 160 | Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias | 448 | 192 | 4144 | 1776 |
| | JI Pataias | 50 | Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| | EB1 Póvoa | 40 | Rua da Sr.ª da Graça nº 5 e 7 - 2460-414 Póvoa | 120 | 40 | 1110 | 370 |
| | JI Póvoa | 30 | Rua das Barrias, nº 63 - 2460-396 Póvoa | 80 | 40 | 740 | 370 |
| | EB1 Vestiaria | 50 | Rua da Piedade - 2460-742 Casais Vestiaria | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| Agrupamento da Benedita | EB1 Centro Escolar Benedita | 300 | Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita | 840 | 360 | 7770 | 3330 |
| | JI Centro Escolar Benedita | 120 | Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita | 336 | 144 | 3108 | 1332 |

| | | | LOTE 1 | | | |
|----------------------------|----------------|---|------------------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|
| | | | Previsão Valor Mensal (37 semanas) | | Previsão Valor 37 semanas | |
| Escolas | Nº máx. alunos | Morada | Leite Simples | Leite S/Lactose | Leite Simples | Leite S/Lactose |
| EB1 Ribafria | 75 | Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita | 204 | 96 | 1887 | 888 |
| JI Ribafria | 50 | Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita | 136 | 64 | 1258 | 592 |
| EB1 Centro Escolar Turquel | 150 | Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel | 416 | 184 | 3848 | 1702 |
| JI Centro Escolar Turquel | 88 | Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel | 248 | 104 | 2294 | 962 |
| EB1 Vimeiro | 100 | Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro | 280 | 120 | 2590 | 1110 |
| JI Vimeiro | 40 | Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro | 112 | 48 | 1036 | 444 |
| JI Gaio | 40 | Rua Principal 2460-771 Gaio | 112 | 48 | 1036 | 444 |
| Total | 3080 | | 8564 | 3756 | 79217 | 34743 |

ANEXO A.2 – Previsão de fornecimento mensal, para LOTE 2 (valores máximos estimados)

| | | | | LOTE 2 | | | |
|------------------------------|-----------------------------|--------|--|------------------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|
| | | | | Previsão Valor Mensal (45 semanas) | | Previsão Valor 45 semanas | |
| Escolas | Nº máx. alunos | Morada | | Leite Simples | Leite S/Lactose | Leite Simples | Leite S/Lactose |
| S. Martinho do Porto | JI Casal Pardo | 16 | Rua Largo do Rossio Casal Pardo - 2460-197 Alfeizerão | 360 | 216 | 1880 | 1128 |
| | EB1 Alfeizerão | 150 | Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão | 3744 | 1656 | 19552 | 8648 |
| | EB1 Casal Velho | 40 | Casal Velho - 2460-199 Casal Velho | 1008 | 432 | 5264 | 2256 |
| | JI Centro Escolar da Cela | 25 | Rua da Cruz 2460-342 Cela | 612 | 288 | 3196 | 1504 |
| | EB1 Centro Escolar da Cela | 80 | Rua da Cruz - 2460-342 Cela | 2016 | 864 | 10528 | 4512 |
| | EB1 São Martinho do Porto | 125 | R. Dr. Rafael Gagliardini Graça - 2460-648 São Martinho do Porto | 3132 | 1368 | 16356 | 7144 |
| Agrupamento de cister | EB1 Centro Escolar Alcobaça | 300 | Rua de Leiria - 2460-059 Alcobaça | 7560 | 3240 | 39480 | 16920 |
| | JI Centro Escolar Alcobaça | 100 | Rua de Leiria - 2460-059 Alcobaça | 2520 | 1080 | 13160 | 5640 |
| | EB1 Aljubarrota | 73 | Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota | 1836 | 792 | 9588 | 4136 |
| | JI Aljubarrota | 23 | Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota | 612 | 216 | 3196 | 1128 |
| | EB1 Alpedriz | 40 | Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz | 1008 | 432 | 5264 | 2256 |
| | JI Alpedriz | 20 | Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz | 504 | 216 | 2632 | 1128 |
| | EB1 Areeiro | 34 | Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro | 864 | 360 | 4512 | 1880 |
| | JI Areeiro | 22 | Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro | 576 | 216 | 3008 | 1128 |
| | EB1 Ataíja de Cima | 50 | Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |

| | | | | LOTE 2 | | | |
|---------|----------------------|-----------------------------|--|--|-----------------|---------------------------|-----------------|
| | | | | Previsão Valor Mensal (45 semanas) | | Previsão Valor 45 semanas | |
| Escolas | | Nº máx. alunos | Morada | Leite Simples | Leite S/Lactose | Leite Simples | Leite S/Lactose |
| | JI Ataíja de Cima | 50 | Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | EB1 Bárrio | 85 | Rua da Igreja Nova, 17 - 2460-302 Bárrio | 2160 | 900 | 11280 | 4700 |
| | EB1 Burinhosa | 21 | Rua do Clube - 2445-036 Burinhosa | 540 | 216 | 2820 | 1128 |
| | JI Burinhosa | 20 | Rua Casal das Terras 2445-039 Burinhosa | 504 | 216 | 2632 | 1128 |
| | EB1 Carris | 50 | Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | JI Carris | 50 | Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | EB1 Carvalhal | 70 | Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota | 1728 | 792 | 9024 | 4136 |
| | JI Carvalhal | 40 | Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota | 1008 | 432 | 5264 | 2256 |
| | EB1 Casal Ramos | 50 | Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | JI Casal Ramos | 25 | Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos | 612 | 288 | 3196 | 1504 |
| | EB1 Évora de Alcobça | 50 | Rua da Escola - 2460-492 Évora de Alcobça | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | JI Évora de Alcobça | 25 | Rua Dr.ª Mª do Espírito Santo R. de Figueiredo 2460-492 Évora de Alcobça | 612 | 288 | 3196 | 1504 |
| | EB1 Maiorga | 78 | Rua 25 de Abril nº 69 - 2460-532 Maiorga | 1944 | 864 | 10152 | 4512 |
| | EB1 Martingança | 50 | Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | JI Martingança | 25 | Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança | 612 | 288 | 3196 | 1504 |
| | EB1 Pataias | 160 | Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias | 4032 | 1728 | 21056 | 9024 |
| | JI Pataias | 50 | Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | EB1 Póvoa | 40 | Rua da Sr.ª da Graça nº 5 e 7 - 2460-414 Póvoa | 1080 | 360 | 5640 | 1880 |
| | JI Póvoa | 30 | Rua das Barrias, nº 63 - 2460-396 Póvoa | 720 | 360 | 3760 | 1880 |
| | EB1 Vestiaria | 50 | Rua da Piedade - 2460-742 Casais Vestiaria | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| | Agrupamento | EB1 Centro Escolar Benedita | 300 | Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita | 7560 | 3240 | 39480 |

| | | | LOTE 2 | | | |
|----------------------------|----------------|--|------------------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|
| | | | Previsão Valor Mensal (45 semanas) | | Previsão Valor 45 semanas | |
| Escolas | Nº máx. alunos | Morada | Leite Simples | Leite S/Lactose | Leite Simples | Leite S/Lactose |
| JI Centro Escolar Benedita | 120 | Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita | 3024 | 1296 | 15792 | 6768 |
| EB1 Ribafria | 75 | Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita | 1836 | 864 | 9588 | 4512 |
| JI Ribafria | 50 | Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita | 1224 | 576 | 6392 | 3008 |
| EB1 Centro Escolar Turquel | 150 | Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel | 3744 | 1656 | 19552 | 8648 |
| JI Centro Escolar Turquel | 88 | Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel | 2232 | 936 | 11656 | 4888 |
| EB1 Vimeiro | 100 | Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro | 2520 | 1080 | 13160 | 5640 |
| JI Vimeiro | 40 | Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro | 1008 | 432 | 5264 | 2256 |
| JI Gaio | 40 | Rua Principal 2460-771 Gaio | 1008 | 432 | 5264 | 2256 |
| Total | 3080 | | 77076 | 33804 | 402508 | 176532 |